

## UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DA HISTÓRIA ATRAVÉS DE OFICINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Cláudia Sousa da Silva<sup>1</sup>  
Josiel Cosmo Rocha de Sousa<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este estudo objetiva estabelecer uma análise sistemática a respeito do ensino de História, utilizando as oficinas pedagógicas na educação de jovens e adultos – EJA. Utilizou-se da metodologia da pesquisa de revisão bibliográfica, análise qualitativa e descritiva. Os referenciais utilizados foram descritos nas referências bibliográficas, sendo considerados os autores: Araújo e Oliveira (2012); Oliveira (2010); Senna (2000); Rosa (2015); Ramos (2011); e, Souza (2009), assim como buscou embasamento nos marcos da legislação: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN nº 9394/96 e as Diretrizes da Educação Básica. Diante da análise, os apontamentos indicaram que as Oficinas Pedagógicas usadas na disciplina de História fazem todo o diferencial como estratégia pedagógica, podendo contribuir no processo de ensino da EJA em sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVES:** História. Oficinas Pedagógicas. Estratégia. Educação de Jovens e Adultos.

**ABSTRACT** - This study aims to establish a systematic analysis about the teaching of history, using the pedagogical workshops in youth and adult education - EJA. We used the methodology of the literature review research, qualitative and descriptive analysis. The references used were described in the bibliographic references, considering the authors: Araújo and Oliveira (2012); Oliveira (2010); Senna (2000); Rosa (2015); Ramos (2011); and Souza (2009), as well as seeking to be grounded in the legal frameworks: Federal Constitution of 1988, Law of Guidelines and Bases of National Education LDBEN 9394/96 and the Basic Education Guidelines. Given the analysis, the notes indicate that the Pedagogical Workshops used in the discipline of History makes all the differential as a pedagogical strategy, and may contribute to the process of teaching EJA in the classroom.

**KEYWORDS:** History. Pedagogical Workshops. Strategy. Youth and Adult Education.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta uma análise reflexiva sobre o ensino de História, aplicado a partir de oficinas pedagógicas na Educação de Jovens e Adultos – EJA. A temática tem a pretensão de oportunizar a compreensão sobre a prática do ensino de História no ambiente educacional, uma vez que ainda existe a mistificação de que a disciplina tem pouca importância no ensino e na formação crítica social do cidadão.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Educação - Licenciada em História pela UNIVAR e Informática pela UEG – Pós Graduada em Teoria da História e História Regional – UFMT – Professora Estatutária em MT e GO.

<sup>2</sup> Mestrando em Educação - Licenciado em História pela UNIVAR – Pós Graduado em Ensino de História – IMP.

O estudo é considerado relevante pelo fato de que dinamizar as oficinas como métodos que motivem o ensino da História, de maneira prazerosa e interessante, no contexto da EJA, firma-se como grande desafio para o Professor. E o mesmo envereda temáticas que contemplam as dificuldades que envolvem o ensino prático da disciplina História; a abordagem dos conteúdos em sala de aula; a dinâmica utilizada pelo Professor para inserir a disciplina História às outras disciplinas, são motivos considerados os pontos fundamentais para a construção de medidas sugestivas para a prática prazerosa do ensino da disciplina e construção de cidadãos críticos e participativos.

Partindo do pressuposto de que dentro da escola a abordagem da disciplina de História estabelece a relação entre passado e presente, de maneira abstrata, o estudo tem como eixo norteador a prática pedagógica da História no cotidiano escolar. Portanto, a sistematização constituiu o ponto de partida à construção das oficinas pedagógicas de História, destinadas à EJA, e sua respectiva importância para o desenvolvimento pedagógico.

Em vista disso, o problema da pesquisa é: as oficinas pedagógicas de História facilitam no processo de ensino-aprendizagem dos alunos da EJA? Direcionando para que fossem feitos recortes sobre períodos que se relacionam ao ensino-aprendizagem, uma vez que o indivíduo apresenta experiências advindas do contexto social, histórico e familiar e que devem ser levadas em consideração no processo pedagógico de ensino (ARAÚJO E OLIVEIRA, 2012).

O tema em questão, ponto de estudo de muitos colegas de profissão e objeto de discussão, além de oportunizar amplo debate, abriu a lacuna para a realização desse estudo, enveredando para uma reflexão sobre a eficiência de oficinas pedagógicas e suas contribuições no ensino de História, na modalidade EJA, no contexto escolar (CARRANO E PEREGRINO, 2003).

O objetivo geral desse estudo é refletir sobre o uso de oficinas pedagógicas como estratégias de ensino da disciplina de História na Educação de Jovens e Adultos, a fim de estabelecer relação entre a prática pedagógica como metodologia no ensino de dessa disciplina.

Para responder ao objetivo geral, gerador do estudo, foi necessário organizar o estudo em tópicos que contemplam os objetivos específicos: Identificar como são apresentados os conteúdos da disciplina História e a importância deles nas unidades de ensino da rede municipal da Educação Básica: Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio; analisar

de que forma acontece o ensino de história nas unidades de ensino, descrevendo as abordagens teórico-metodológicas do ensino-aprendizagem em sala de aula; refletir sobre a prática pedagógica do Professor no ensino da História; detectar as contribuições do ensino da História para a ampliação dos conhecimentos do aluno; enumerar as contribuições dos fatos históricos, para o avanço dos grupos sociais e culturais, que constituem o saber histórico do aluno como cidadão; analisar a formação do pensamento crítico dos alunos.

Para melhor responder o problema, a fim de torná-lo explícito, foi necessário apoiar-se na abordagem da metodologia dedutiva bibliográfica num sentido amplo, utilizando periódicos, livros, dissertações, teses e artigos de website, uma vez que o ensino de História, nas oficinas pedagógicas na modalidade EJA, se apresenta como mecanismo facilitador da aprendizagem.

A contextualização utilizou-se da análise de referenciais que norteiam a temática em questão, tendo como base, os apontamentos da Constituição da República Federativa de 1988; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional -LDBEN nº 9394/96; Araújo e Oliveira (2012); Barbosa (2014); Monteiro e Gabriel (2011), que fazem citações sobre as oficinas pedagógicas, as transformações e a evolução no ensino da História; e as diretrizes explicitadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs de História (BRASIL, 1997).

A pesquisa faz uma abordagem sobre a contextualização histórica da disciplina História na EJA, pontua os avanços percorridos para a evolução da Escola e as diretrizes que garantem a permanência do aluno na educação de jovens e adultos, bem como a representação prática de acordo com a visão de teóricos sobre as oficinas pedagógicas da EJA em sala de aula.

O estudo se justifica por se resumir em dois fatores: o primeiro é de caráter pessoal reflexivo, em razão da atuação na docência na área específica de História. O segundo é por acreditar que a disciplina História é um instrumento de formação humana que representa o conhecimento como construção histórica, desenvolvimento social e aos muitos aspectos da vida em sociedade, que podem ser trabalhados em forma de oficinas pedagógicas, a fim de facilitar a aprendizagem do alunos da EJA, que trata-se de uma clientela diferenciada.

## **2 CONTEXTO DA EVOLUÇÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA NO CENÁRIO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**

A evolução do ensino de História foi se modificando sistematicamente e o ponto que merece destaque são as práticas cotidianas e os saberes dinamizados pelo Professor em sala de aula, sendo possível considerar que a disciplina viveu momentos históricos diferenciados ao longo dos anos, com a interferência de políticas educacionais emergentes, fortalecendo a inclusão da disciplina nos currículos escolares.

Desde o Brasil colonial, momentos históricos foram considerados de fundamental importância para a evolução do ensino, desde atuação dos jesuítas da Companhia de Jesus, na formação da estrutura educacional em terras brasileiras em 1549. Porém, mesmo ministradas pelos jesuítas nos séculos XVII e XVIII, a História não foi reconhecida como disciplina escolar e organizou-se na condição de ciência no século XIX. Mesmo banidos pelos portugueses da colônia brasileira, um novo sistema educacional foi implantado com dois modelos, um de escolas leigas e o outro de escolas confessionais, porém com princípios educacionais jesuítas, que perdurou por treze anos.

Após a independência do Brasil, a História, consolidada em 1838, tornou-se um componente curricular como conteúdo humanístico propedêutico, que tinha como objetivo a formação das elites: “esse período abriu espaço para desenvolver orientações teóricas metodológicas, características da escola positivista presente na Europa e difundida no Brasil no século XIX e XX” (COELHO, et al, 2009, p. 11.040).

A linha positivista de Comte desempenhou papel fundamental, pois contribuiu para a análise de estudos na área pedagógica das ciências exatas e naturais e na transformação social de superação do atraso a que o Brasil estava relegado (OLIVEIRA, 2010).

Culminou-se um período de uma função cívica da História em um novo contexto brasileiro a partir da Primeira Grande Guerra (1914-1918). Esse período foi significativo, pois “através do ensino da História podia ser despertado o sentimento nacional e responsabilidade de formar os cidadãos da nação” (BARBOSA, 2014, p. 77).

Com base nas contribuições dos americanos John Dewey (1859-1952) e Émile Durkheim (1858-1917) surgiram as propostas do movimento da Escola Nova<sup>3</sup>, em 1930, liderado por Lourenço Filho (1897-1970) e Anísio Teixeira (1900-1971). Em seguida, surge o movimento escolanovista que abre espaço para debates acerca do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sendo implantado o Estado Novo ou Terceira República Brasileira, liderado por Getúlio Vargas, em 1937.

---

<sup>3</sup>A Escola Nova propunha “uma educação voltada para os estudos das sociedades contemporâneas para superar a educação tradicional [...]” (COELHO, et al, 2009, p. 11.041).

A partir da era Vargas e dos vinte anos de Ditadura Militar, em 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves é eleito Presidente do Brasil pelo Colégio Eleitoral, falece e o vice José Sarney toma posse. O regime militar marca tem seu fim e a “democratização do Brasil começa a ser estabelecida com a promulgação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 5 de novembro de 1988” (SOUZA, 2009, p. 89).

A Carta Magna baliza as políticas públicas voltadas para a educação, dentre as quais: a elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), o desenvolvimento do ensino e valorização do magistério, a aquisição do Livro Didático do Ensino Fundamental (1993) contendo as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa, Ciência, História, Geografia, e o dicionário de Língua Portuguesa (ROSA, et al, 2015).

Dessa forma, as políticas públicas efetivaram a democratização da educação no Brasil, regulamentadas na construção do sistema educacional estabelecido pela normativa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN), que reformula e defende uma educação de acesso a todo cidadão. E, para atender as recomendações estabelecidas na CF de 1988, a LDBEN legitima os direitos, os deveres, as pretensões educativas da população brasileira.

## 2.1 AS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA PERMANÊNCIA DO ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA ESCOLA

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, como política de Estado, veio respaldar a garantia da Educação de Jovens e Adultos – EJA como direito àqueles que não tiveram acesso ou oportunidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade certa, definindo a EJA como modalidade de educação ensino, bem como é definida na Lei nº 13.005/14 que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) nas Metas 9 e 10, a redução da taxa de analfabetismo funcional e a oferta de matrículas para a EJA na forma integrada à educação profissional, respectivamente.

Dessa maneira, a partir das diretrizes instituídas, o Estado brasileiro deu um salto no sentido de que o cidadão fosse incluído como agente globalizado de informações (SENNA, 2000). Contexto que direciona para o entendimento de que a EJA é uma política educacional e, principalmente, uma política social com possibilidades de ofertar ao aluno da EJA melhores condições de trabalho e qualidade de vida para que seja respeitado na sociedade.

Sendo assim, para que o aluno da EJA permaneça na escola, cabe ao governo, de acordo com o artigo 37, da LDBEN, estimular o seu acesso com a oferta e condições dignas de funcionamento, a fim de que sejam, de fato, efetivados os objetivos de melhoria na qualidade de vida pessoal e profissional dessa clientela.

Portanto, a oferta da modalidade EJA requer um novo pensamento norteado pelas políticas educacionais e pelas propostas de (re)inclusão do aluno que não teve a oportunidade de frequentar a escola na idade convencional a ser inserido na rede de educação pública.

Assim, pensar o trabalho pedagógico para esse segmento de ensino exige compromisso do professor, pois além de alfabetizar esse aluno, deve garantir o seu desenvolvimento social, preparando-o para o trabalho, com autonomia e profissionalismo, uma vez que o aluno da EJA que procura a escola, não espera apenas ler e escrever, mas atualizar-se como cidadão no contexto social em que vive e faz parte.

Dessa forma, várias foram as reflexões e indicações a fim de situar a Educação de Jovens e Adultos no contexto do direito à educação, o que gerou relevantes considerações acerca dessa modalidade de ensino, as quais podem ser destacadas.

Conforme mencionado anteriormente, a Constituição de 1988 respalda o direito à educação de todos os cidadãos, porém, no que se refere a EJA é especificada a educação como princípio e uma exigência básica para a vida cidadã como direito civil e político do cidadão e dever do Estado, mencionado no artigo 6º.

Da mesma forma, a LDBEN 9.394/96 explicita no seu artigo 4º que a Educação Básica é um direito do cidadão, sendo um dever do Estado atendê-lo mediante oferta qualificada. E por tratar-se de um direito subjetivo, o ensino fundamental, etapa da educação básica, possui caráter imprescindível se tornando um direito de todos os que não tiveram acesso à escolaridade ou que não puderam completá-lo. Daí a importância dada no parágrafo 1º, do art. 37, que diz “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas [...]” (BRASIL, 1996).

Dessa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos sinalizaram, em conformidade com a LDBEN, o direito público subjetivo do cidadão ao Ensino Fundamental, pois é uma clientela que requer garantias e imposições legais, pois,

A Educação de Jovens e Adultos representa uma outra e nova possibilidade de acesso ao direito à educação escolar sob uma nova concepção, sob um

modelo pedagógico próprio e de organização relativamente recente (BRASIL, 2013, p. 169).

Em relação à concepção de currículo, presente nas Diretrizes Curriculares da Educação para a EJA, faz-se necessário pensar em uma construção fundamentada na história e condição socioeconômica do aluno da EJA. Portanto, o ensino de História, ao objetivar a formação da identidade do aluno, torna-se uma disciplina específica, com suas próprias características.

Sendo assim, a partir das diretrizes contidas nos PCNs de História, ao Professor cabe dinamizar atividades em que o aluno se aproxime da sua realidade, da época em que vive, do grupo ao qual está inserido, para que estabeleça um resgate com a diversidade, relacionando-se com o seu cotidiano e seu espaço específico.

Dada a importância da modalidade de ensino da EJA, o Plano Nacional de Educação dedica em seu texto um capítulo que enfatiza sua importância no processo de ensino. Ficando intrínseca “a luta contra as causas que promovem o analfabetismo e obrigando-se garantir o direito à educação pela universalização do atendimento escolar” (BRASIL, 2013, p. 170).

E por se tratar de um direito público subjetivo, conforme previsto na Constituição Federal, art. 208, §1º, o PNE reporta aos poderes públicos a obrigação de disponibilizar os recursos para atender a essa educação. Para isso, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) que garante a distribuição dos recursos do Fundo para a EJA (BRASIL, 2013).

Dessa forma, a manutenção e a permanência do aluno da Educação de Jovens e Adultos não configuram como uma responsabilidade fácil para os entes federados, porém, a política de educação para a clientela exige que seja resgatado o compromisso histórico da sociedade brasileira de contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, por tratar-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação.

### **3 A REPRESENTAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EJA NO CONTEXTO DAS OFICINAS DE HISTÓRIA.**

A organização das oficinas de história como prática pedagógica no contexto do processo de ensino da Educação de Jovens e Adultos é uma ação de estímulo do saber ao criar e recriar situações.

A oficina da disciplina de História na EJA, para Monteiro e Rocha (2013, p. 1), “tem sua importância por ser reconhecida, por grupos de professores como conjunto de saberes necessários à formação de cidadãos e à viabilização de participação política”. Assim, se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases.

Ao lidar com a EJA é preciso considerar que ao procurar a escola o aluno apresenta um tempo social e um tempo escolar vivido, o que implica a necessidade de reorganização curricular, dos tempos e dos espaços escolares, aspectos fundamentais da cultura escolar que fazem parte da formação e prática pedagógica que exige “estratégias de ensino, capazes de dinamizar a aprendizagem dos alunos, no sentido de torná-la mais significativa” (MONTEIRO; GABRIEL, 2011, p. 35).

Diante do referencial teórico posto, o ensino da disciplina História representa o ensino dos fatos considerados de suma importância para o conhecimento que fez parte do contexto histórico do Brasil, porém, é cada vez mais tomado como prática educativa com intenções de desenvolver no aluno somente o mito da “memória nacional” com seus heróis e vilões.

Discussão que abre espaço para um novo desafio para o docente de História na EJA, que possui inúmeras possibilidades de conscientização dos indivíduos, pois o ensino de História resgata os valores humanísticos que vêm sendo desvalorizados no contexto atual das sociedades capitalistas, como por exemplo, a ética, a cidadania e a educação como direito de todos (MONTEIRO, 2012).

Assim, o desafio do professor é propiciar ao aluno momentos de valorizar, buscar, questionar, pensar de forma crítica e consciente suas lembranças e experiências para que todos se sintam inseridos neste processo.

De maneira articulada como nova proposta de ensino, o cenário da educação destaca as oficinas da disciplina História como um mecanismo que rompe os moldes passivos e tradicionais de ensino.

Os autores Cainelli e Tomazin (2017, p. 20) defendem que nas oficinas é possível estabelecer uma “análise dos conhecimentos prévios como ponto de partida para a seleção das fontes, materiais e problematizações que seriam trabalhadas em aula”. Situação que exige que



o professor seja um investigador social para aprender e interpretar o mundo conceitual do aluno, para assim, auxiliá-lo a criar conceitos e ideias que estão internalizadas sobre os temas e conteúdos propostos.

Portanto, ao propor o planejamento de oficinas, o professor deve pensar em desenvolver a competência e não os conteúdos propriamente ditos (BARCA, 2004a, p. 136), ou seja, promover uma aprendizagem sistematizada e não apenas comprometida com a aquisição dos conteúdos.

A idealização de que o ensino de História é superficial, merece ser revista, pois os seus fins educativos se justificam por muitas e variadas razões, podendo contribuir, sistematicamente no processo de ensino da EJA. Prats (2006, p. 4) defende que “além de fazer parte da construção de qualquer perspectiva conceitual no marco das Ciências Sociais, a História é autossuficiente como disciplina de grande potencialidade formativa”.

A utilidade da História é ampla, pois é um dos componentes curriculares fundamentais para a formação integral (intelectual, social e afetiva) do aluno da EJA, e inúmeras possibilidades podem ser utilizadas como elementos da organização das oficinas pedagógicas da EJA, pois contribuem para: facilitar a compreensão do presente, uma vez que está intimamente ligada ao passado; preparar o aluno para a vida, pois a História tem um marco referencial histórico; despertar para a investigação e reflexão sobre o passado, confrontando-o com a contemporaneidade; contribuir para o entendimento de outros países e culturas do mundo atual; enriquecer outras áreas do currículo, uma vez que o alcance da História é imenso (PRATS, 2006).

Sendo assim, a estruturação e organização das oficinas pedagógicas, propostas pelo autor, direcionam o professor para que ele molde a investigação histórica, utilizando-se do passado. Esses elementos configuram um mundo rico em possibilidades formativas, plenamente coerentes com os limites e conteúdo das Ciências Sociais no contexto da educação.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dada importância que este artigo deu ao enfoque visto na abordagem da contextualização da evolução do ensino da história no cenário da educação no Brasil, bem como as diretrizes operacionais para permanência do aluno da educação de jovens e adultos na escola, é possível atestar que as instituições de ensino, por força da legislação, procuram

ofertar condições básicas de acesso e permanência ao aluno da EJA, porém, a realidade evidencia que ainda existe um longo caminho a trilhar para que as metas de atendimento aos jovens e adultos sejam atingidas.

O desafio para conduzir o processo de permanência desse aluno é imensurável, e mesmo que ainda possuam legislação que garanta os mecanismos facilitadores de planejamento, inúmeras barreiras impedem o professor de desenvolver técnicas inovadoras em sala de aula, sendo que os apontamentos descritos nesse estudo direcionam para as oficinas pedagógicas como estratégia que um professor pode explorar e, conseqüentemente, adotar para que haja um processo de ensino mais dinamizado no ambiente escolar.

Diante da análise sistemática, fica evidenciado que a oficina na EJA requer uma prática pedagógica com momentos de reflexão, em que os professores devem valorizar a competência do aluno e não apenas se voltarem para o cumprimento com os conteúdos postos na grade curricular, ou seja, o professor estará fugindo do tradicional, do trivial, e buscará por novas metodologias e formas de abordagens em suas aulas, podendo fazer a diferença com a clientela da EJA.

O presente estudo evidencia que a disciplina de História deve, cada vez mais, fazer parte do contexto educacional, pois o pensamento histórico é parte integrante da vida de todos; de uma forma ou de outra, devem ser dinamizadas práticas pedagógicas que favoreçam o entendimento sobre a história na qual o cidadão está inserido.

O breve contexto, apresentado nesse estudo, foi construído com base em referenciais teóricos de imensurável importância, aparato teórico que poderá enriquecer quem tem interesse na temática em questão, uma vez que é um assunto que não esgota a discussão; os aspectos importantes foram apresentados para a compreensão da historicidade e enredo que servirão como referencial teórico em pesquisas e estudos.

## **REFERÊNCIAS**

ARAÚJO, A.N.; OLIVEIRA, N.S.F. de. O ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental: a dimensão profissional das práticas pedagógicas. **IV FIPED – Fórum Internacional de Pedagogia**. Campina Grande, REALIZE Editora, 2012.

BARBOSA, J.M.S. Das implicações do sistema produtivo capitalista às questões da educação escolar: aportes teóricos. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**. v.1, n.1 (2014) 42-56

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei n°. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Imprensa Nacional, 1996.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica:** diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. 480 p.

\_\_\_\_\_. **Educação para jovens e adultos:** ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento/ coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/SEF – Brasília: MEC/SEF, 1997. 166p.**

CAINELLI, Marlene Rosa; TOMAZIN, Elizabete Cristina de Souza. A aula-oficina como campo metodológico para a formação de professores em história: um estudo sobre o PIBID/HISTÓRIA/UEL. **História & Ensino**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2017.

CURY, C.R.J. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, maio/ago. 2008.

MONTEIRO, Ana Maria. **Tempo presente no ensino de história:** o anacronismo em questão. IN: GONÇALVES, Marcia de Almeida; ROCHA, Helenice; REZNIK, L.; MONTEIRO, Ana Maria. (Orgs.) Qual o valor da História hoje? Rio de Janeiro: FGV, 2012

MONTEIRO, Ana Maria e GABRIEL, Carmen Teresa. Ensino de História. Seção temática. Revista **Educação & Realidade**. v.36 n1, jan/abr 2011. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93 – 99.

PRATS, Joaquín. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. **Educar em Revista**, n. SPE, p. 01-20, 2006.

ROSA, C.M; LOPES, N.F.M; CARBELO, S.R.C. Expansão, democratização e a qualidade da educação básica no Brasil. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v.13, n.1, p. 162-179, jan/jun. 2015.

SENNA, Ester (Orgs). **Educação e Democracia: um estudo dessa articulação na produção pedagógica dos anos 80.** Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

SOUZA, Valdeci Alexandre de. **Oficinas pedagógicas como estratégia de ensino:** uma visão dos futuros professores de ciências naturais. (Monografia Licenciatura em Ciências Naturais) Universidade de Brasília. Planaltina – DF, 35p., 2016.

SOUZA, S.E. de. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. **ArqMudi**. 2009.